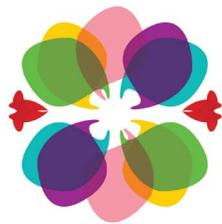


# Identidades não binárias: a escuta psicanalítica como meio para a subversão do binarismo

*(Non-binary identities: psychoanalytic listening as a means to the subversion of binary)*

*(Identidades no binarias: la escucha psicoanalítica como medio para la subversion del binario)*



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 20, v. 1  
jan-abr.2024  
p. 142-157

Mariana de Castro Midlej<sup>1</sup>  
Anderson Fontes Passos Guimarães<sup>2</sup>

**RESUMO:** Entende-se por binarismo a forma dicotômica de perceber a realidade, que se mostra cada vez mais inflexível, auxiliando no surgimento dos binarismos que constituem as estruturas sociais. Diante disso, este estudo pretende abordar as concepções binárias de gênero que permeiam a atual sociedade brasileira. Além de pessoas cisgêneras, existem também as pessoas de identidades de gênero dissidentes e, dentro desse grupo, as pessoas não binárias. Gradualmente essa comunidade tem conquistado espaços, pautando que há possibilidades de identificação além da dicotomia mulher/homem e seus respectivos papéis de gênero. Esta pesquisa almeja compreender como a escuta psicanalítica pode ser uma ferramenta para o fortalecimento de pessoas não binárias diante de um mundo imerso na cisnormatividade e no binarismo, de modo a colaborar para a subversão. Assim, a psicanálise não pode se abster dos diálogos que emergem no meio social e político, bem como as outras vertentes da psicologia. É necessário que esteja sensível diante das formas não cisgêneras de vivenciar as identidades de gênero. Com isso, foi realizada uma revisão narrativa da literatura com os bancos de dados da SciELO e dos Repositórios Institucionais da UFJF, UFBA e UFRGS; além de livros e outras referências, como materiais audiovisuais exibidos no YouTube. Por fim, é esperado que sejam favorecidas reflexões sobre a escuta ética na psicanálise e sobre a naturalização da cisgeneridade. A população não binária ainda é excluída dos espaços, além de ainda ser patologizada no campo da saúde. Apesar disso, é possível exercer uma escuta que não viole essas existências.

**PALAVRAS-CHAVE:** identidades de gênero; pessoas não binárias; psicanálise.

**Abstract:** Binarism is understood as the dichotomous way of perceiving reality, which is increasingly inflexible, which helps in the emergence of binarisms that constitute social structures. Therefore, this study intends to approach the binary conceptions of gender, which permeate the current Brazilian society. In addition to cisgender people, there are also people of transgender gender identity and, within that group, non-binary transgender people. Gradually this community has conquered spaces and ruled that there are possibilities of identification beyond the woman/man dichotomy and their respective gender roles. This research aims to understand how psychoanalytic listening can be a tool for strengthening non-binary people in the face of a world immersed in cisnormativity and binarism, in order to contribute to its subversion. Thus, psychoanalysis cannot abstain from the dialogues that emerge in the social and political environment, as well as other aspects of Psychology. It is necessary to be active and sensitive in the face of non-cisgender ways of experiencing gender identities. With this, a narrative review of the literature was carried out from the SciELO databases and the Institutional Repositories of UFJF, UFBA and UFRGS; in addition to books and other references, such as audiovisual materials shown on YouTube. Finally, it is expected that reflections on ethical listening in psychoanalysis and on the naturalization of cisgenderism will be favored. The objective is also to provide visibility to the non-binary population, which is still excluded from spaces, in addition to being pathologized in the field of Health.

**Keywords:** gender identities; non-binary people; psychoanalysis.

**Resumen:** Se entiende por binarismo la forma dicotómica de percibir la realidad, cada vez más inflexible, favoreciendo el surgimiento de binarismos que constituyen estructuras sociales. Ante esto, este estudio pretende abordar las concepciones binarias de género que permean la sociedad brasileña actual. Además de las personas cisgénero, también hay personas con identidades de género disidentes y, dentro de ese grupo, personas no binarias. Poco a poco esta comunidad ha conquistado espacios, afirmando que hay posibilidades de identificación más allá de la dicotomía mujer/hombre y sus respectivos roles de género. Esta investigación tiene como objetivo comprender cómo la escucha psicoanalítica puede ser una herramienta para el fortalecimiento de personas no binarias en un mundo inmerso en la cisnormatividad y el binarismo, con el fin de colaborar para su subversión. Así, el psicoanálisis no puede abstenerse de los diálogos que surgen en el ámbito social y político, así como otros aspectos de la Psicología. Es necesario ser sensible a las formas no cisgénero de vivir las identidades de género. Con eso, se realizó una revisión narrativa de la literatura con las bases de datos de SciELO y los Repositorios Institucionales de la UFJF, UFBA y UFRGS; además de libros y otras referencias, como materiales audiovisuales exhibidos en YouTube. Finalmente, se espera favorecer reflexiones sobre la escucha ética en psicoanálisis y sobre la naturalización del cisgenderismo. La población no binaria sigue excluida de los espacios, además de patologizada en el ámbito de la Salud. A pesar de ello, es posible ejercer una escucha que no viole estas existencias.

**Palabras clave:** identidades de género; personas no binarias; psicoanálisis.

1 Graduação em Psicologia – Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. E-mail: marianacmidlej@gmail.com

2 Docente do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia. E-mail: anderson.fontes@ufba.br



## 1 Introdução

O binarismo se instaura nas dimensões da esfera pública, segregando e hierarquizando indivíduos entre classes, gêneros, raças, etnias, dentre outros marcadores sociais de diferença. Como levantado por Preciado (2018, p. 47), “[...] o corpo do século XXI é um sistema tecnovivo, o resultado de uma implosão irreversível de binários modernos (feminino/masculino, animal/humano, natureza/cultura)”. Frente a essa afirmação, pode-se evidenciar a existência do binarismo e a forma como opera, engendrando os espaços e sujeitos inseridos nestes.

A respeito do binarismo de gênero, uma das diversas dicotomias sociais, é certo que a complexidade das subjetividades e vivências podem o exceder, como é o caso das pessoas não binárias. Essas pessoas, como posto por Paula (2016, p. 13), são as que “[...] não se identificam com a denominação de homem ou mulher e muitas vezes transitam entre as duas possibilidades”. Esse grupo pode não atender, pois, às expectativas de convenções das normas e são, por conta disso, passíveis a passar por violências de gênero. São indivíduos, frequentemente, sujeitos à patologização, sendo considerados incompreensíveis e indignos (Simakawa, 2018) diante da cisnorma.

É certo, contudo, que a profundidade e diversidade de intersecções das vivências não binárias transcende essa breve conceituação. Cabe ressaltar a importância de levar em consideração os diferentes contextos brasileiros; afinal, há aspectos como território, núcleo familiar e raça que são exemplos de especificidades que resultam em formas singulares de experienciar situações adversas. Visto isso, como bem colocado por Simakawa (2015, p. 38), almeja-se com esse estudo “[...] questionar a produção do ‘normal’ e do ‘padrão’, em relação às corpos e vivências tidas como abjetas, estranhas, transtornadas, inviáveis: as reflexões sobre cisgeneridade”.

O problema de pesquisa se aprofunda no sentido de perceber se há possibilidades de atuação da psicanálise, em sua prática, no amparo à população não binária e enfrentamento às violências de gênero. Como levantado por Pombo (2018, p. 554), “[...] diante, seja das críticas feministas e queer à psicanálise alguns autores têm tentado propor novas maneiras de compreender e positivar as subjetividades”. Portanto, cabe ao presente trabalho analisar as implicações dessa linha teórica, já com certa proximidade às pesquisas de gênero, diante das pessoas transexuais não binárias.

A mencionada comunidade ainda é excluída da maioria dos espaços e debates, já que há diversas estruturas que favorecem essa marginalização, como o próprio binarismo – o qual se encontra até mesmo nos pronomes de tratamento da língua portuguesa. Como justificativa, em vista disso, esse tema possui relevância por ser ainda pouco discutido, além de ainda não possuir um acervo vasto de pesquisas produzidas. Com isso, justifica-se também para que não



seja reforçada a anulação da existência das identidades de gênero dissidentes no campo da saúde, especificamente, no caso da pesquisa, na clínica psicanalítica.

Portanto, é objetivado questionar se a escuta psicanalítica pode ser mais um dos ainda escassos instrumentos colaboradores na luta de subversão da norma de gênero, individuação e aceitação de si; mesmo diante de violências cotidianas decorrentes da realidade cisnormativa binária, ainda fortemente vigente.

## 2 Metodologia

A temática do presente estudo aborda o objetivo geral de compreender como a escuta psicanalítica pode ser um meio potencializador para a subversão do binarismo de gênero. Com o intuito de contemplar esse propósito e estruturar a pesquisa, foram desenvolvidos três objetivos específicos. O primeiro objetivo é relativo a discorrer sobre identidades e binarismo de gênero, o segundo almeja analisar a experiência de pessoas não binárias diante da norma de gênero e o terceiro, que é referente a discutir a relação entre a escuta psicanalítica e gênero considerando a subversão do seu binarismo.

Por conseguinte, a metodologia selecionada, e considerada mais adequada às finalidades desta pesquisa, foi a revisão narrativa de literatura, que conforme Hohendorff (2014, p. 40), “[...] caracteriza-se por avaliações críticas de materiais que já foram publicados, considerando o progresso das pesquisas na temática abordada”. A revisão narrativa busca proporcionar uma reunião e análise dos dados já publicados, sendo por isso um processo crítico e reflexivo (Hohendorff, 2014). Foram selecionados, pois, trabalhos acadêmicos, especialmente artigos e dissertações de mestrado, publicados desde o ano de 2010 ao ano de 2022. Vale ressaltar que os anos de publicação de alguns livros levantados para o conteúdo deste trabalho ultrapassam essa delimitação temporal.

Os artigos acadêmicos e dissertações de mestrado são provindos dos bancos de dados eletrônicos da SciELO e dos Repositórios Institucionais da UFJF, UFBA e UFRGS. Os descritores utilizados foram “identidade de gênero”, “pessoas não-binárias”, “psicanálise” e “transexualidade”. Além disso, no intuito de enriquecer o trabalho, fez-se uso de algumas referências, como livros, e outras não necessariamente bibliográficas, tal qual conteúdos audiovisuais, como entrevistas e palestras, expostos no YouTube.

## 3 Identidades e binarismo de gênero

Identidades de gênero são vivenciadas de formas singulares para cada indivíduo e em diferentes contextos históricos e sociais. No Brasil, feminilidade e masculinidade são expressões



devidamente atribuídas às identidades de gênero feminina e masculina, respectivamente. As vivências dos brasileiros são atravessadas, desde o início, pela concepção ilusória de que o gênero é um fator dependente dos papéis designados e dos seus corpos, ou seja, dos sexos biológicos.

O gênero é tido como binário e absolutamente estático (Cabral; Guimarães, 2020), delegado conforme os órgãos genitais visíveis e outras características. Entretanto, os sexos, identidades e expressões de gênero são conceitos independentes um do outro e, decerto, mutáveis. Por convenção, esse fato pode ser acatado. A população intersexo, como exemplo, é composta por pessoas que nascem com atributos dos sexos feminino e masculino em conjunto, de modo que são, portanto, corpos que diferem à ideia de naturalidade (Preciado, 2015).

À esta população, prevalece convenientemente a imposição de um gênero, atrelado às características sexuais mais acentuadas; o que se dá através de procedimentos cirúrgicos invasivos logo após o nascimento, por vezes, por questões meramente estéticas (Preciado, 2015). Nesses casos, o procedimento é recomendado e compulsório, mas frente às pessoas transexuais e travestis que podem, a depender de cada caso, desejar passar por procedimentos cirúrgicos, essa possibilidade se torna abjeta.

Diante dessa realidade, é perceptível que está estabelecida a idealização e naturalização da cisgeneridade (Simakawa, 2015) e do binarismo – a imposição de uma divisão entre opostos – das expressões, identidades de gênero e sexos. Contudo, como colocado por Jesus (2012, p. 10), “[...] em termos de gênero, todos os seres humanos podem ser enquadrados (com todas as limitações comuns a qualquer classificação) como transgênero ou “cisgênero””.

Ser cisgênero é uma das diferentes formas de se colocar no mundo. Essas são pessoas cujo sexo é culturalmente condizente com a identidade de gênero imposta após ou, até mesmo, antes do nascimento. Com isso, cabe ressaltar que a cultura é um fator preponderante nesse caso, de modo que para discorrer sobre os binarismos e identidades de gênero é importante delinear um contexto sociocultural. A respeito da cisonormatividade, Simakawa (2015, p. 43) aponta:

A partir deste conceito, utilizado fundamentalmente para se pensarem formações corporais e identidades de gênero naturalizadas e idealizadas, é que se pretende caracterizar uma normatividade de gênero – a cisonormatividade, ou normatividade cisgênera – que exerce, através de variados dispositivos de poder interseccionalmente situados, efeitos colonizatórios sobre corpos, existências, vivências, identidades e identificações de gênero que, de diversas formas e em diferentes graus, não estejam em conformidade com seus preceitos normativos.

Identificar-se com a cisgeneridade acarreta ser coerente, pois, com as expectativas binárias fornecidas pela cisonormatividade compulsória; ou seja, a convicção de que todos os indivíduos são naturalmente e invariavelmente cisgêneros. Essa é uma posição hierarquicamente favorecida, seja pela preservação do respeito, da integridade e até mesmo da vida. As comunidades transidentitárias,



por outro lado, são vulneráveis às violências e a suspensão de direitos pela própria execução da legislação e pelas instituições – sejam de saúde, acadêmicas, dentre outras (Bonassi, 2017).

Diante das diversas culturas que se desenvolvem a partir da política, das crenças e relações de poder, existem diferentes e inúmeras identidades de gênero. Apesar da compreensão da cisgeneridade como natural, saudável e digna (Simakawa, 2018), resistem às transidentidades. Ainda que seja um conceito que esteja em pauta de discussões e não haja um consenso exato sobre, pode-se dizer que a transgeneridade abrange pessoas de identidades travestis, não binárias e transexuais – dentre outras (Jesus, 2012).

Frente a esse assunto, cabe de antemão abordar a questão da passabilidade. Esta se configura como o privilégio que o indivíduo trans pode ter de ser lido socialmente e respeitado como homem ou mulher (Carvalho, 2018). Entretanto, nem todas essas pessoas dispõem dessa vantagem e, como dito por Preciado (2018, p. 82), “[...] qualquer divergência corporal da norma é considerada uma monstruosidade, uma violação das leis da natureza ou uma perversão, uma violação das leis morais”.

Com isso, é possível estabelecer uma relação entre passabilidade, classe, raça e vulnerabilidade da comunidade transidentitária. No que diz respeito ao Brasil, os corpos negros, – dentre outros marcadores sociais – que se encontram em territórios periféricos, são mais expostos à marginalização, exclusão e agressões. Portanto, esses corpos têm “uma “necessidade” de maior passabilidade como forma de defesa pessoal, considerando que certa “fluidez” na expressão de gênero seria mais aceitável em contextos urbanos de camadas médias e altas”, como bem colocado por Carvalho (2018, p. 82).

Apesar de outros países utilizarem o termo “mulheres transgêneras” para contemplar todas as identidades femininas da comunidade trans, no Brasil há uma diferença marcante entre ser uma travesti e uma mulher transexual (Magno; Dourado; Silva, 2018). Por serem lidas como homens que se vestem de mulheres, a palavra “travesti” era, de início, aplicada com o objetivo de rebaixar e humilhar pessoas de baixa renda, com expressão de gênero feminina e em sua maioria negras, que não tinham condições financeiras de passar por mudanças corporais (Jesus, 2012).

A resistência frente a esse processo cristalizado de opressão possibilitou a ressignificação desse termo (Magno; Dourado; Silva, 2018). Apesar da naturalização da exclusão no mercado de trabalho, educação e saúde, além da constante ocorrência de violências brutais voltadas a essa comunidade, a travesti é atualmente reconhecida como uma identidade de gênero feminina. Ela não se percebe como homem e nem como mulher, se identifica como travesti, uma outra possibilidade de existência (Jesus, 2012). Há uma diferença hierárquica, como já dito, entre ser uma travesti e



uma mulher trans.

Entre o começo dos anos 1950 e os anos 1960, o médico Harry Benjamin sistematizou o uso clínico de moléculas hormonais no tratamento de ‘mudança de sexo’ e definiu de ‘transexualismo’ - termo introduzido pela primeira vez em 1954 - como condição curável. (Preciado, 2018, p. 30)

Como levantado por Preciado, a patologização das pessoas transexuais foi a reação da comunidade médica de meados do século XX. A luta de despatologização da comunidade trans persiste até atualmente, século XXI (Simakawa, 2015). Nesse sentido, dentre outros, é possível perceber uma diferença de tratamento para pessoas trans e travestis. Enquanto as primeiras são enquadradas em uma lógica desviante de uma saúde mental saudável e tratadas com termos médico-psiquiátricos como “disforia de gênero”, as travestis são imorais, abjetas, poluidoras sociais e pervertidas (Carvalho, 2018).

De certa forma, esse fato privilegia pessoas trans em relação às travestis, uma vez que são isentas da culpa por serem consideradas doentes mentais e não terem escolha da sua condição; por isso devem ser tratadas e adequadas ao sistema cisgênero. Por outro lado, as travestis são entendidas equivocadamente como pessoas que escolhem estar em um lugar que vai de encontro aos valores decentes e, portanto, responsabilizadas. Diante disso, como seres que sujaram os espaços com sua perversão, são “[...] merecedores de toda sorte de desgraças e violências que os acometa”, como dito por Carvalho (2018, p. 11).

As travestis, pois, são pessoas que divergem do binarismo de gênero. Ao se identificarem dessa forma e por vezes não apresentarem atributos biológicos tidos como pertencentes exclusivamente às mulheres cisgêneras, colocam à prova a naturalização do sexo como o real (Magno; Dourado; Silva, 2018). Nesse sentido, cabe a reflexão de perceber a semelhança entre estas e as pessoas não binárias, que afinal também não se identificam como homens ou mulheres – ou se identificam como os dois ao mesmo tempo (Paula, 2016).

#### 4 Vivência não binárias e a norma de gênero

Identidade de gênero é um conceito que não pode ser simplificado. Uma vez restringidos os significados, há a possibilidade de exclusão de uma diversidade de sentidos e vivências que podem não ser abarcados nessa restrição (Butler, 2019a). Diante disso, classificar pessoas não binárias, levando em consideração a própria essência dessa forma de se perceber no mundo, é uma incumbência complexa, entretanto muitas vezes é feita no intuito de aliviar a angústia diante de uma falta de rotulação.

Em sua dissertação de mestrado, Neilton dos Reis Goularth registrou entrevistas feitas com



peessoas que se identificam como não binárias. Nessa pesquisa foi possível analisar alguns aspectos sobre suas vivências, repletas inclusive de questões além da não binariedade, no entanto esse não é o foco desta pesquisa. Visto que na língua portuguesa ainda não há pronome de tratamento inclusivo para esse grupo, que é uma questão bastante polêmica e relevante, cabe primeiramente esclarecer:

Cada não-binário ele é de um jeito, ele prefere ser tratado de uma forma ou de outra. Tem não-binário que nasceu com órgão sexual feminino que quer ser tratado no feminino, e vice-versa, ou querem ser tratado no masculino. E aí tem que ter cuidado com as pessoas, é uma coisa muito importante. (Netuno – Conversa 1) (Goularth, 2018, p. 141).

Como é possível notar no relato de Netuno, é valoroso levar em consideração que cada uma dessas experiências é singular e não pode ser universalizada (Simakawa, 2018) em quaisquer sentidos. Com isso, compreender os efeitos do binarismo de gênero sobre as identidades não binárias é uma percepção significativa para alcançar o cuidado e o respeito para com essas pessoas. Isso implica ter em mente a perpetuação da produção de normalidades no que se refere às identidades e expressões de gênero (Butler, 2019a).

Acho que meu próprio jeito ele já não condiz com o que a sociedade esperava que eu me tornasse, a minha vestimenta e as minhas próprias características físicas. Eu não me identifico e eu não pareço realmente nem um homem, nem uma mulher. E eu acho que todas essas características, incluindo coisas mais materiais (a roupa, o cabelo, as maquiagens), fazem parte do processo que eu me identifico e acaba refletindo na forma que eu me expesso. (Irene – Conversa 1). (Goularth, 2018, p. 154)

Irene narra não ter características que sejam culturalmente correspondentes aos enquadres binários feminino/masculino. Limitados às amarras performativas de gênero “[...] podemos não ter a verdadeira liberdade se estivermos confinados” a essas regras (Freire, Chagas; Gomes, 2021, p. 30). Um dos meios de emancipação das normas e respeito para com pessoas que escapam a elas, segundo Simakawa (2015, p. 52), é desenvolver a “[...] consciência crítica de pessoas cujas existências são constrangidas e brutalizadas por conta de seus corpos, identidades e expressões de gênero”.

Pode-se dizer que o preconceito, portanto, além de ser resultado de como o Brasil tem sido construído ao longo da história, dá-se como produto também da falta de empatia devido ao desconhecimento da existência das pessoas não binárias (Freire; Chagas; Gomes, 2021), dentre outros fatores. Diante disso, compete refletir a respeito de como, diante da cisnormatividade, a sociedade brasileira encara o indivíduo que não manifesta ser mulher nem homem, ou ser juntamente os dois (Paula, 2016) – ou seja, os efeitos do binarismo.

Os preconceitos que sofri e sofro, é por eu estar vestida de uma forma fora que meu corpo pede, por exemplo eu tenho corpo feminino e tô vestida de forma masculina. As pessoas, quando eu chego num lugar, já olham pro meu peito, pra ver se eu tenho peito, pra ver



se eu sou uma menina mesmo. As pessoas ficam querendo saber. . É aquela coisa né, o corpo feminino tem que acompanhar acessórios femininos e vestimentas femininas, e o masculino a mesma coisa. (Netuno - Conversa 1) (Goularth, 2018, p. 181).

Como consequência do binarismo, pode-se perceber, portanto, que as marcações sociais decorrentes dele produzem diferenças que não são aceitas nos espaços onde conseguem se inserir os corpos não binários. Mesmo não sendo brasileiro e por isso tendo uma experiência, em algum nível, distinta das pessoas que moram nesse país, Preciado (2018, p. 64) narra uma percepção interessante que se relaciona inclusive a pensar, ainda atualmente, a não binariedade no Brasil:

Seja como for, é preciso deixar de afirmar-se como mulher para obter legalmente uma dose de testosterona sintética. Mesmo antes que os efeitos da testosterona se manifestem no meu corpo, a condição para poder administrar-me esta molécula é haver renunciado à minha identidade feminina.

Percebe-se, então, a ilegalidade de estar nesse lugar, representando o que não pode, por lei, existir. Pode-se dizer, então, que indivíduos não binários podem ser lidos nos ambientes como uma representação do “[...] ambíguo, o estranho, o indefinido”, como levantado por Costa (2018, p. 71). São, por conseguinte, sujeitos à exclusão social, no mercado de trabalho e ambiente escolar, rejeição familiar, violências físicas e psicológicas, além da patologização, presente especialmente no campo psiquiátrico – causando prejuízos à própria saúde dessas pessoas (Magno; Dourado; Silva, 2018).

Teve duas vezes que me agrediram aqui na cidade. Agrediram a gente no meio da rua, do nada assim. E a primeira coisa que eu falei pra fazerem foi chamar a polícia, só que a polícia ia ridicularizar mais a gente ainda e não ia fazer nada. E aí eu percebi que nesse mundo a gente tá sozinha, pela gente mesma, com as pessoas que a gente confia. O Estado é moldado pra reprimir a gente, pra ridicularizar, oprimir e negar nossos direitos, tirar nossos direitos mais básicos. (Irene – Conversa 1) (Goularth, 2018, p. 184).

O relato de Irene denuncia não apenas a violência, como também a vulnerabilidade à qual essas pessoas estão submetidas. Diante disso, convém pensar o fato de essa realidade não mobilizar a maioria das pessoas cisgêneras, pelo contrário, é uma situação recorrente e banalizada. No campo da saúde isso não se faz diferente, a formação cisheteronormativa dos profissionais de saúde muitas vezes agride direitos e a dignidade de pessoas não binárias, travestis e transexuais (Rodriguez, 2021).

Diante da diversidade de subjetividades, há pessoas que querem realizar procedimentos cirúrgicos e outras que estão satisfeitas com seus corpos. Sobre as políticas de saúde para transexuais no Brasil, Rodriguez (2021, p. 43), aponta que “[...] nós, pessoas trans não binaries, ficamos de fora dos protocolos construídos a partir da Portaria do Processo Transsexualizador (2008; 2013) refere-se às mulheres e homens trans, e muitas vezes de uma forma limitante”. Esses procedimentos,



quando desejados, podem inclusive não estar de acordo com a normatividade corporal e com o binarismo de gênero, como é caso de Netuno:

Olha, são três coisas que queria no meu corpo: eu não queria ter quadril, porque eu tenho muito quadril; queria ser mais alto assim; e queria ter barba. Mas o resto assim não me incomoda eu não iniciaria, não começaria a tomar hormônios. Porque eu tenho vontade de engravidar, de ter filhos da minha barriga (Netuno – Conversa 1) (Goularth, 2018, p. 156).

Pessoas dissidentes às normas de gênero – o que se relaciona ao sexo, expressão e sexualidade – são desnaturalizadas e vistas como mentalmente adoecidas, como no caso de “Herculine Barbin, como documentado por Foucault (1982), foi diagnosticada com monstruosidade. Era, nas palavras de hoje, *intersex*”, (Bonassi, 2021, p. 67). Diferenças na expressão de gênero e no corpo que podem ser percebidas quando pessoas não binárias transitam pelos meios que as tornam alvos a serem marcadas como abjetas (Preciado, 2018) e indignas de uma multiplicidade de cuidados e direitos.

É disseminada, pois, a ideia de que existe uma forma correta de ser uma pessoa trans (Rodriguez, 2021), de modo a caber nos moldes biomédicos, de essência binária e excludente para pessoas trans não binárias. Ou seja, opositor ao que se considera natural, existe o antinatural e inadequado (Costa, 2018) inclusive a muitos dos dogmas católicos e protestantes, instituições de grande influência nos espaços no Brasil – até mesmo na política. Decorrente desse fato, como afirma Bonassi (2021, p. 71), “seria difícil, em uma população assim, garantir direitos a pessoas não cisheterossexuais por democracia”. Em seu relato, Elfo deixa uma valiosa reflexão para uma sociedade cisnormativa, como a brasileira:

É importante as pessoas saberem. Tipo, nós existimos. Nós queremos ter os nossos direitos. Queremos estudar, queremos dar aula, queremos viver como todo mundo. Queremos ter relacionamentos afetivos. Queremos ter amigos. Porque muitos não têm amigos, muitos não têm namorados, por serem assim. (Elfo - Conversa 3) (Goularth, 2018, p. 30).

Diante de humilhações, violências e exclusões, infelizmente não é incomum que uma pessoa não binária acredite no discurso que sua identidade de gênero é patológica, o que pode causar graves danos à sua saúde mental. Afinal, “todos corpos e gêneros têm uma história, e a binariedade como uma normatividade sociocultural eurocêntrica define e restringe os destinos de muitos deles mundo afora”, (Simakawa, 2015, p. 64). Ou seja, uma tentativa de controle e normatização que certamente não escapa ao Brasil, tampouco às pessoas não binárias.

## 5 Escuta psicanalítica, gênero e subversão: possibilidades diante do binarismo

Para Butler (2019a), nenhuma pessoa, por mais que esteja inserida em um contexto cultural tão marcado pelo binarismo de gênero, é capaz de alcançar perfeitamente o que se entende por ser mulher/homem. Conforme Stona e Ferrari (2020), Freud corrobora com a ideia de que cada



pessoa desenvolverá sua subjetividade diante dos entrelaces entre sexo, identidade e expressão de gênero. O mesmo reconhece, inclusive, a existência de “[...] mesclas de traços da masculinidade e feminilidade como característica originária dos processos de subjetivação”, (Stona; Ferrari, 2020, p. 111).

As diferenças fazem parte dos indivíduos e é justamente evitando a generalização e amparando as singularidades que a psicanálise atua. Diante disso, é necessário perceber as inúmeras repetições de comportamento performativo e uso de adornos no corpo que simbolizam o feminino e masculino (Lanz, 2014) e as implicações dessa normatividade na formação do psicanalista e nos pacientes que chegam à clínica. Portanto, cabem aqui as inquietações de Rodrigues (2016, p. 173), no que se refere à atuação da psicanálise frente às pessoas que não se identificam enquanto cisgêneras:

Neste ponto de encontro entre a patologização das experiências trans e a ética da psicanálise deve a psicanálise escutar as transidentidades a partir de alguma categoria ontológica generalizável? Quais as consequências de uma clínica e de uma teoria psicanalítica sobre as transidentidades que parta da transcendentalização a-histórica da ‘diferença sexual’?

Durante determinado período, houve uma tentativa de apagamento do termo “gênero” na psicanálise, entretanto esse continuava próximo pelo viés da patologização de pessoas trans e, também, de homossexuais (Cavalheiro, 2019). Não é incomum, pois, que haja conteúdos cisnormativos na teoria psicanalítica no que concerne à compreensão da subjetivação dos indivíduos (Stona; Ferrari, 2020). Os resultados desse percurso ecoam na atualidade através da exclusão que, de acordo com Stona e Ferrari (2020, p. 106), “[...] se dá justamente pelo recalque, pelo repúdio ou mesmo pela forclusão” das transidentidades abjetas.

Vale ressaltar, tendo em vista esse ponto, que o sofrimento muitas vezes presente nas vivências trans não binárias – também nas outras que não são cisgêneras – não se dá pelo fato de serem transexuais. Pelo contrário, como postula Rodrigues (2016, p. 182), “[...] faz-se necessária a defesa desta postura político-epistemológica que enxerga nas normas e teorizações preconceituosas e patologizantes o cerne do sofrimento das expressões dissidentes de gênero”. Pode-se concluir que uma ciência embasada em termos excludentes ou normatizadores colabora na estruturação de uma sociedade brasileira transfóbica.

Diante disso, é essencial notar e refletir sobre essa questão, na clínica psicanalítica, no intuito de promover um atendimento ético e cuidadoso para pessoas não binárias, travestis e trans. Esses grupos, como foi perceptível também nos relatos mencionados na presente pesquisa, encontram-se por vezes em situações de vulnerabilidade social diante do outro que se autoriza a violentar (Butler, 2019b). A psicanálise, por conseguinte, não pode mais ser pensada como instrumento de



manutenção da norma de gênero através da patologização, mas como um recurso possível para o autocuidado (Cavalheiro, 2019).

Atualmente o Conselho Federal de Psicologia do Brasil determina, em seus Atos Oficiais, a Resolução CFP nº 01/2018. As normas presentes nessa resolução proíbem os profissionais da psicologia de atuarem de modo a colaborar, de qualquer forma, com atitudes preconceituosas e corretivas para com as travestis e transexuais. Consta, ainda, nesta resolução, que tais profissionais deverão reconhecer e legitimar a autodeterminação das pessoas transexuais e travestis em relação às suas identidades de gênero.

Tendo em vista esse fato, não é apenas violento exercer opiniões e atitudes transfóbicas, como também infringe uma norma do Conselho Federal de Psicologia. Apesar de ainda haver muita invisibilização deste grupo, a escuta ética, proposta pela Resolução CFP nº 01/2018, deve incluir também pessoas trans não binárias. Conforme Rodrigues (2016, p. 176), a escuta psicanalítica não deve ser fundida aos valores pessoais do psicanalista, pelo contrário, “em relação às pessoas trans, a proposta é justamente que possam ser sujeitos e produtores de um saber sobre si mesmos, e não objetos de um discurso científico normatizante”.

As consequências de uma formação cisnormativa, pode-se dizer, são perceptíveis quando “[...] parece que as questões de gênero causam mais espanto e dificuldades na analista do que propriamente na fala da paciente” (Cavalheiro, 2019, p. 95). Desnaturalizar identidades de gênero dissidentes pode interferir negativamente na análise, uma vez que a transferência entre psicanalista e analisante se relaciona diretamente com a continuidade ou parada do tratamento (Quinet, 1991). De acordo com Cavalheiro (2019, p. 94), inclusive:

A questão da importância da análise da contratransferência também é retomada por Bulamah e Kupermann (2016). Os autores apresentam uma análise histórica de como os relatos de tratamento de pacientes transexuais apareceram em algumas revistas de psicanálise. Pela análise, fica claro que a não-análise de aspectos contratransferenciais leva a uma série de preconceitos e entendimentos que priorizam uma busca etiológica pelo que “deu errado” no desenvolvimento dos pacientes.

Visto isso, é notório que ainda é possível, atualmente, que ideias referentes à normatização dos corpos sejam presentes no ambiente da clínica – no que se refere a este trabalho, mais especificamente, na clínica psicanalítica (Stona; Ferrari, 2020). Mencionada essa realidade e entendida a importância da transferência, uma pessoa de identidade de gênero não binária que não tenha, por exemplo, seu respeito assegurado durante o tratamento pode vir a interromper os atendimentos em decorrência disso. Frente a esse fato, cabe aqui pontuar que Quinet levanta uma importante colocação para a prática psicanalítica:

Se o analista empresta sua pessoa para encarnar esse sujeito suposto saber, ele não deve de maneira alguma identificar-se com essa posição de saber que é um erro, uma



equivocação. A posição do analista não é a de saber, nem tampouco a de compreender o paciente (Quinet, 1991, p. 26).

Perante o exposto, assimila-se que à função do psicanalista não concerne questionar com o intuito de compreender, ou mesmo, de patologizar quaisquer pessoas a partir de crenças pessoais, mas de escutar. Apesar dos pontos levantados, o processo psicanalítico pode, também, ter um caráter subversivo para pessoas transexuais, com destaque aqui para as não binárias, se manejado eticamente (Cavalheiro, 2019). Consoante Rodrigues (2016), é possível que o processo analítico se perpetue enquanto instrumento de fortalecimento desse grupo diante das repercussões da cisnormatividade:

A análise pode ser um procedimento desalienante quando embasada em uma ética que leva o sujeito a separar-se das demandas do discurso dominante e com isso aproximar-se do que há de singular em seu desejo e em sua história para além das repetições subjetivas e das prescrições sociais (Rodrigues, 2016, p. 180).

Como levantado por Simakawa (2015, p. 46), “[...] falar sobre estas diferenças de corpos e identidades de gênero sem as desumanizar, patologizar e exotificar – sem as colonizar, enfim – é um desafio significativo”. Reconhecendo, entretanto, as possibilidades de cuidado a um grupo marginalizado, como pessoas não binárias, pode-se pensar também a escuta como um auxílio no processo de socialização e individuação desses indivíduos frente às tantas violências que permeiam suas vidas.

## 6 Considerações finais

O pensamento binário, constantemente intrínseco à cultura, produz impactos relativos aos extremos sobrepostos e, portanto, visibilizados. O binarismo de gênero, mais uma das tantas produções, ilustra esse fato a partir do foco e naturalização de identidades de gênero binárias – mulher ou homem – e conseqüente tentativa de apagamento de identidades dissidentes. O presente estudo reflete sobre algumas das conseqüências disso para a comunidade trans não binária, especialmente. Afinal, o processo de invisibilização desse grupo é tão potente que sequer a patologização, por vezes, está em pauta, simplesmente são pessoas que não existem nos espaços.

Nas pesquisas para este trabalho, foi possível notar que alguns poucos pesquisadores psicanalistas têm se debruçado diante dos entrelaces entre a psicanálise e estudos de gênero. Na busca para responder ao terceiro objetivo, inclusive, foi notório que grande parte do acervo encontrado abarcava propostas de patologização, mesmo que por vezes veladas, da comunidade transidentitária e estes, pois, foram excluídos como conteúdos possíveis para esta pesquisa. Ainda restando escassas produções, foi possível alcançar materiais suficientes para responder ao



objetivo geral de compreender como a escuta psicanalítica pode ser um meio potencializador para a subversão do binarismo de gênero.

Em relação ao primeiro objetivo específico de discorrer sobre as identidades e binarismo de gênero, a publicação de trabalhos acadêmicos é vasta nas bases de dados delimitadas. Entretanto, vale ressaltar a falta de produções referentes aos recortes das identidades transexual não binária e travesti. Mesmo assim, foi possível analisar a experiência de pessoas não binárias diante da norma de gênero, que é o segundo objetivo.

Cabe o destaque que realizar essa análise só foi felizmente possível através da dissertação de mestrado de Neilton dos Reis Goularth, uma das poucas pesquisas encontradas voltadas para esse grupo. Além dessa, cabe destacar aqui o livro utilizado *A primavera não-binária: o protagonismo trans não-binária no fazer científico*, escrito majoritariamente por pessoas não binárias, o que muito auxiliou na construção dessa pesquisa no que concerne aos objetivos propostos.

O movimento social de pessoas não binárias e de despatologização da comunidade trans ainda tem um longo processo de visibilização e resistência para percorrer. Inclusive para que essas mesmas pessoas possam ser produtoras de pesquisas sobre sua comunidade. Afinal, os poucos relatos encontrados e estudos da autoria de pessoas não binárias denuncia mais uma vez a violência a qual essas pessoas estão sujeitas.

De modo que, como se constatou, se encontram tão à margem de qualquer território ou discussão que muitas vezes não são tidas como pessoas que existem realmente. E se por um acaso se encontram presentes ocupando espaços e pesquisas, precisam ser combatidas como algo que desordena, espanta e enoja os ambientes orquestrados pela cisnormatividade e pela binariedade.

Através dos estudos levantados, pode-se afirmar que a escuta psicanalítica é uma possibilidade de instrumento de auxílio às subjetividades dos indivíduos, nesse caso, das pessoas não binárias, o que responde ao problema de pesquisa. Entretanto, foi visto também que a formação dos profissionais na área da saúde, inclusive psicólogas e psicanalistas, ainda é voltada a uma lógica cisnormativa.

Essa realidade impacta diretamente na atuação dessas profissionais frente às travestis, pessoas não binárias e pessoas transexuais. Visto isso, alinhado aos Direitos Humanos, é importante que se dê continuidade a essa pesquisa, pela preservação da dignidade, do respeito às diferenças e da construção de um fazer ético não apenas na psicanálise, mas em todas as áreas que se propõem à escuta e cuidado de pessoas.



## Referências

BONASSI, B. C. *Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero*. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/182706>. Acesso em: 30 mai. 2021.

BONASSI, B. C. Multiplicidade ontológica legal: alguns entraves na garantia de direitos fundamentais para pessoas não binárias. In: MORGADO, M. (org.). *A primavera não-binária: o protagonismo trans não-binária no fazer científico*. Florianópolis: Rocha, 2021, p. 61-76.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019a.

BUTLER, J. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019b.

CABRAL, C. da S.; GUIMARÃES, J. Negociando normalidades: construções de identidade de gênero entre meninas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 3, e60678, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/H3p476nYt44V3bkGQ3rgp3z/?lang=pt>. Acesso em: 28 abr. 2021.

CARVALHO, M. “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 52, p. 33–67, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/MyFKg4jJ4dBr6Zzfpb7vL9Q/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 06 mai. 2021.

CAVALHEIRO, R. *Caos, norma e possibilidades de subversão: psicanálise nas encruzilhadas do gênero*. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicanálise: Clínica e Cultura) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/200814>. Acesso em: 18 jun. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. (Brasil). *Resolução CFP nº 1, de 29 de janeiro de 2018*. Estabelece normas de atuação para psicólogas e psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Brasília, DF: CRP, 11 maio 2018. Disponível em: <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-1-2018-estabelece-normas-de-atuacao-para-as-psicologas-e-os-psicologos-em-relacao-as-pessoas-transexuais-e-travestis?origin=instituicao&q=transexuais>. Acesso em: 26 mai. 2021.

COSTA, P. P. C. *Indumentária e travestilidade*. A roupa como meio de afirmação da identidade de gênero. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Arte e Cultura) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Minho, Braga, 2018. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/59392>. Acesso em: 24 abr. 2021.

FREIRE, A. S. de L.; CHARGAS, R. F.; GOMES, A. L. Transcendendo rótulos: ideias para o tátil. In: MORGADO, Morgan. (org.). *A primavera não-binária: o protagonismo trans não-binária no fazer científico*.



Florianópolis: Rocha, 2021, p. 21-38.

GOULARTH, N. dos R. “*Eu sinto que eu sempre me encaixei nessa coisa de não ser homem e não ser mulher*”: tecendo saberes e experiências da não-binaridade de gênero. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6682>. Acesso em: 12 mai. 2021.

HOHENDORFF, J. V. Como escrever um artigo de revisão de literatura. In: KOLLER, S.; COUTO, M. C.; HOHENDORFF, J. V. (org.). *Manual de produção científica*. Porto Alegre: Penso, 2014, p. 39-54.

JESUS, J. G. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. 2. ed. rev. ampl. Brasília, DF: [s. n.], 2012. Disponível em: <https://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2021.

LANZ, L. *O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero*. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/36800>. Acesso em: 14 abr. 2021.

MAGNO, L.; DOURADO, I.; SILVA, L. A. V. Estigma e resistência entre travestis e mulheres transexuais em Salvador, Bahia, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 5, p. 1-12, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/3spHF8TDqVCvqWPSMfyZskt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 abr. 2021.

PAULA, T. *Incomodo, logo existo: ensaios sobre expressões e identidades de gênero*. 2016. Tese (Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/31677>. Acesso em: 14 jun. 2021.

POMBO, M. Diferença sexual, psicanálise e contemporaneidade: novos dispositivos e apostas teóricas. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 545-567, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/xtPFdw7Dz7hzqbrsnZZJm/>. Acesso em: 28 mar. 2021.

PRECIADO, P. B. *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. São Paulo: N-1 Edições, 2015.

PRECIADO, P. B. *Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

QUINET, A. *As 4+1 Condições da análise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

RODRIGUEZ, A. M. Rizomas: In(visibilidades) dentre dos espaços institucionais de cuidado à saúde. In: MORGADO, M. (org.). *A primavera não-binária: o protagonismo trans não-binária no fazer científico*. Florianópolis: Rocha, 2021. p. 39-60.

RODRIGUES, G. V. Escutando transidentidades na psicanálise:



potencialidades subversivas. *Revista Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 5, p. 171-184, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17183>. Acesso em: 15 mai. 2021.

SIMAKAWA, V. V. *Perfil & Opinião | com Viviane Vergueiro | 05.09.2018*. [Entrevista cedida a] Denny Fingergut. Brasil: TVE, 13 set. 2018. 1 vídeo (55 min 2 s). Youtube: @tvebahia. Publicado pelo canal TVE Bahia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vwLdiN8AVCo>. Acesso em: 18 abr. 2021.

SIMAKAWA, V. V. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. 2016. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - o Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19685>. Acesso em: 15 mar. 2021.

STONA, J.; FERRARI, A. O cissexismo como uma norma não escrita da psicanálise (ou: para que serve o gênero à clínica?). *Revista Periódicus*, Salvador, v. 2, n. 13, p. 102-118, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/34779>. Acesso em: 30 mai. 2021.

